

2. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO A ANTÓNIO JOSÉ MACHADO AMORIM, BOMBEIRO MUNICIPAL, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – COMPANHIA DE BOMBEIROS MUNICIPAIS:

Submete-se à consideração do Executivo o processo disciplinar em epígrafe, em que o instrutor do processo, no seu relatório final, propõe, a aplicação da sanção de suspensão, por um período de 25 dias, nos termos do estatuído no artº.186º da LGTFP, no entanto em virtude de o referido trabalhador estar já aposentado, deverá atender-se ao prescrito nos artºs 74º, nº. 1 e 76º, nº. 1, devendo a referida pena ser substituída pela perda de pensão de aposentação por igual tempo.

A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo à matéria em apreciação (artº 55º do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

À Excm.ª Sra. Mafalda Vilaça
16.02.01
[Assinatura]

RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

Por despacho proferido pelo Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de vinte e nove de janeiro de dois mil e quinze, foi mandado instaurar processo disciplinar contra, **António José Machado Amorim, trabalhador em funções públicas do Município de Braga, com a categoria de bombeiro municipal**, tendo eu, Mafalda Vilaça, técnica superior jurista desta Câmara Municipal, sido nomeada instrutora, conforme despacho proferido na mesma data.

O presente processo disciplinar foi instaurado com base no relatório diário do Chefe de turno, relativo ao dia 12.1.2015, das 20h00 às 8h00, que referia: "(...) o 27 – António Ramos, interpolação – comunicou-me que foi agredido pelo 53 – António José Machado Amorim, interpolação - que lhe deu uma chapada na face no bar eram cerca das 07h15 e o 53 comunicou-me que o 27 disse na camarata do dia anterior pelas 1h15 que havia gente com cornos grandes, isto tudo porque o 23 tinha a sua viatura em frente do local da VE3003 quando o 53 não conseguia meter a respectiva viatura no parque, este contou-me o sucedido e eu de imediato chamei a atenção do 27 quando este retirou a sua viatura. O Ramos fez participação à PSP (...)".

Deduzida a acusação constante a fls. 23 a 27 e notificada ao trabalhador (cfr. fls. 28) nos termos do prescrito no art. 214º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, adiante designada por LGTFP, aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de junho, **o trabalhador apresentou defesa**, a fls. 29 a 34 ali refutando a prática dos factos que lhe são imputados e referindo:

"- Dispõe o art. 6º, nº 2 do Estatuto Disciplinar que o direito de instaurar o procedimento disciplinar prescreve quando, conhecida a infração disciplinar por qualquer superior

hierárquico, não seja instaurado o competente procedimento disciplinar no prazo de trinta dias.

- Como se alcança da acusação deduzida, o presente processo disciplinar foi instaurado com base o relatório diário do chefe de turno, relativo ao dia 12.1.15, relatório esse que é superiormente reportado.

- Ou seja, entre a data da alegada prática dos factos imputados ao arguido e a data da instauração do processo disciplinar mediou mais de trinta dias.

- Estando assim, prescrito o procedimento disciplinar quanto a todas as eventuais infracções cometidas pelo arguido que constam da nota de culpa.

- Devendo, por esta via, o processo disciplinar ser efetivamente encerrado, com todas as legais e devidas consequências.

Sem prescindir,

- Correspondem à verdade os factos alegados nos artigos 1 a 7 e 10 da acusação.

- Desconhece o arguido se o facto alegado no artigo 8 corresponde à verdade, pelo que vai impugnado.

- Quanto ao mais, importa rectificar e contextualizar devidamente o sucedido no dia, hora e local identificados na acusação.

- Antes de mais, impõe-se esclarecer que o bombeiro António José é um elemento que habitualmente se envolve em episódios de provocações e agressões com outros colegas.

- Na noite de 11 para 12 de janeiro, o bombeiro António José estacionou, uma vez mais, a sua viatura em local proibido por ordem de serviço emitida.

- Tal comportamento é habitual no bombeiro mencionado que, apesar de alertado diversas vezes para não o fazer, insiste na prática desse tipo de comportamento.

- No dia 12 de janeiro, pela manhã, depois de o bombeiro António José ter insistido em provocar os seus colegas, conforme consta do artigo 10 da acusação, o arguido apenas lhe dirigiu a seguinte questão: "vais continuar com isso ou vais-te calar?"

- O bombeiro António José optou por insistir na sua senda provocatória, tendo-se aproximado do arguido, com a face esticada para junto do arguido, tendo este reagido,

dizendo-lhe para se afastar.

- Ato automático, e sem que nada o fizesse prever, o bombeiro António José desferiu um violento pontapé na perna do arguido, causando-lhe forte dor e um hematoma.

- Em reacção ao sucedido, o arguido encostou a sua mão na face do seu agressor, afastando-o de forma firme, para que este não voltasse a agredi-lo. (...)”

Para prova dos factos alegados, juntou as fotografias constantes a fls. 34 e apresentou as testemunhas **Luis Manuel Brito da Silva** e **Jorge Veloso**, que prestaram as declarações constantes a fls. 39 e 40, respectivamente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

a. Da prova produzida

i. Da prova documental

Foi junto, a fls. 13 a 15, o **certificado disciplinar do trabalhador**, dali constando, na parte que interessa, que iniciou funções nesta edilidade em 16.12.1996, tendo, por deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal em 14.6.2012, sido concedida a medalha municipal de dedicação grau cobre.

A fls. 41 o Departamento de Recursos Humanos deste Município prestou a seguinte informação: *“o bombeiro António José Machado Amorim encontra-se desde o dia 14/6/2015 desligado do serviço por motivo de aposentação (limite da idade de carreira de bombeiro)”*.

ii. Da prova testemunhal

Para averiguação da verdade dos factos procedi à inquirição de **Jorge Veloso** (cfr. fls. 16), **Manuel Pereira**, Sub-chefe, (cfr. fls. 17), **Luis Manuel Brito da Silva** (cfr. fls. 18), **António**

Ramos (cfr. fls. 19 e 20), todos bombeiros municipais e ainda **Maria Florinda Ribeiro Gomes**, assistente operacional (cfr. 22). As testemunhas **Luis Manuel Brito da Silva** e **Jorge Veloso**, bombeiros municipais foram igualmente arroladas como testemunhas em sede de defesa (cfr. fls. 39 e 40).

Jorge Veloso declarou, a fls. 16 "(...) que é bombeiro municipal. Que quanto aos factos participados, apenas foi testemunha de algumas palavras trocadas entre os vários bombeiros que se encontravam na altura a descansar. Que efetivamente, depois de o telefonista ter chamado o seu colega Ramos para tirar a sua viatura do lugar em que se encontrava estacionada, ouviu o seu colega Ramos dizer que havia alguém com os cornos grandes. Que o fez, no seu entender, em tom de brincadeira, sem intenção de ofender, não se dirigindo especificamente a pessoa concreta. Quanto à agressão, nada viu."

Posteriormente, enquanto testemunha arrolada em sede de defesa pelo trabalhador **António José Machado Amorim**, **Jorge Veloso** disse, a fls. 40: *"Que corresponde à verdade o teor do artigo 8º da acusação, nomeadamente que entendeu que as palavras ditas pelo seu colega António Ramos foram em tom de brincadeira. Que não corresponde à verdade o constante do artigo 9º. Que não sabe se corresponde à verdade o constante do artigo 10 e 11 da resposta apresentada pelo trabalhador. Quanto ao alegado em sede de defesa nos artigos 12 a 15 nada viu, não se encontrando no bar aquando da prática dos factos aqui imputados ao trabalhador António José Machado Amorim. (...)"*

A fls. 17 **Manuel Pereira** referiu: *"(...) que é bombeiro municipal. Que quanto aos factos participados, nada viu, apenas fez constar do relatório de serviço o que os intervenientes lhe contaram. Que os dois bombeiros em questão não se dão mal, sendo até da mesma freguesia. Que posteriormente à elaboração do relatório, o Amorim disse-lhe que tinha sido provocado pelo Ramos, uma vez que este disse na camarata que havia gente que tinha cornos grandes, tendo usado as mesmas palavras no bar."*

Luis Manuel Brito da Silva prestou as seguintes declarações a fls. 18: "(...) *que é bombeiro municipal. Que quanto aos factos participados apenas ouviu o Ramos dizer mais do que uma vez, na camarata "Há gajos aqui que têm os cornos grandes", não nomeando, contudo, algum dos seus colegas. Que quanto à agressão, nada viu.*"

A fls. 39 **Luis Manuel Brito da Silva** referiu, enquanto testemunha arrolada em sede de defesa pelo trabalhador António José Machado Amorim: "*Que não corresponde à verdade o constante dos artigos 9 e 11. Que corresponde à verdade o alegado no artigo 10 da defesa apresentada, sendo certo que não só o António Ramos mas também muitos dos seus colegas estacionam naquele local, quando não existe outro disponível; que a hora de maior afluência de viaturas é a hora de mudança de turnos, sendo frequente ali haver veículos estacionados. Quanto ao alegado em sede de defesa nos artigos 12 a 15 nada viu, não se encontrando no bar aquando da prática dos factos aqui imputados ao trabalhador António José Machado Amorim. (...)*"

António Ramos, bombeiro municipal, declarou, a fls. 19 e 20 que "(...) *Que foi colega de escola do ora arguido. Que na sua opinião não houve qualquer justificação para o ocorrido. Que no dia em questão o ora declarante tinha estacionado em lugar perto da autoescada o seu automóvel e que o arguido lhe disse, depois de ter chegado de um incêndio, que não devia estacionar ali, pois não conseguia sair com a autoescada. O ora declarante disse-lhe que iria mudar o carro, mas entretanto esqueceu-se. Que por volta da 1 hora da manhã, o ora declarante disse, na camarata que havia pessoas que parece que não cabiam com os cornos, ninguém lhe tendo respondido. Que entretanto nada mais se passou. Que às 7 da manhã, quando ia a entrar no bar, o ora declarante disse "Há mais maré que marinheiros". O arguido respondeu-lhe então "Cala-te, que eu dou-te uma chapada na cara!" O ora declarante retorquiu "Nunca o meu pai me bateu, não és tu agora que me vais bater!" O arguido deu-lhe então uma chapada, tendo depois ameaçado o ora declarante, dizendo-lhe que lhe iria dar mais. Que o ora declarante ficou bastante alterado e nervoso, ainda assim ficando sempre que fala nesta situação. Que o ora declarante chamou a PSP ao*

Quartel dos Bombeiros, que tomou conta da ocorrência, não tendo no entanto dado andamento à queixa. Que o ora declarante e o arguido foram passados uns dias separados, não trabalhando no mesmo turno, a pedido do ora declarante. A D. Florinda viu o arguido dar uma chapada ao ora declarante."

A fls. 22 a assistente operacional **Maria Florinda Ribeiro Gomes** disse: "(...) *Que exerce funções no Quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga, como assistente operacional – limpeza. Que no dia em questão, dia 12 de janeiro de 2015, pelas 7 horas, quando ia a entrar no bar do Quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga, viu o bombeiro Machado Amorim dar um estalo ao bombeiro António Ramos. Que não sabe o que se passou anteriormente, nem de seguida, já que saiu logo do bar.*"

b. Dos factos provados

- O trabalhador António José Machado Amorim exerce funções nesta Câmara Municipal, desde 16.12.1996, como bombeiro municipal, estando obrigado, enquanto trabalhador em funções públicas, ao cumprimento dos deveres gerais constantes do art. 73º da LGTFP, nomeadamente dever de prossecução do interesse público, dever de zelo, dever de lealdade e dever de correcção.
- Na noite de 11 de janeiro para 12 de janeiro do corrente ano, encontrando-se de serviço o turno do qual o António José faz parte, pela 1h00 o telefonista de serviço chamou o bombeiro António Ramos para retirar a sua viatura do local onde estava estacionado, pois, conforme lhe disse o bombeiro António José, encarregue da condução da auto-escada, a sua viatura dificultava o manuseamento da auto-escada, não permitindo, assim, o estacionamento deste veículo no local devido.
- Mais tarde, quando alguns dos bombeiros se encontravam a descansar na camarata, entre os quais Jorge Veloso e Luis Manuel Brito da Silva, o bombeiro António Ramos entrou ali, dizendo "Há gajos aqui que têm os cornos grandes", não nomeando,

contudo, algum dos seus colegas.

- Ninguém lhe respondeu, tendo até o seu colega Jorge Veloso, entendido que o António Ramos o fez em tom de brincadeira, não dando qualquer importância àquelas palavras.
- Por volta das 7h00, quando alguns bombeiros se encontravam no bar para tomar o pequeno almoço, o António Ramos entrou e disse “Há mais maré que marinheiros”, tendo então o António José retorquido: “Cala-te, que eu dou-te uma chapada na cara!”
- O António Ramos respondeu-lhe: “Nunca o meu pai me bateu, não és tu agora que me vais bater!”
- O António José deu-lhe então um estalo na cara, ameaçando-o de que lhe bateria mais.
- A agressão foi testemunhada pela assistente operacional Maria Florinda Ribeiro Gomes.
- O António Ramos chamou a PSP ao Quartel dos Bombeiros, a fim de participar o ocorrido, tendo entretanto desistido da queixa.
- Os bombeiros em questão, António Ramos e António José Machado Amorim, foram separados, tendo passado a trabalhar em turnos diferentes.
- O trabalhador António José Machado Amorim encontra-se aposentado desde 14 de junho de 2015.

c. Dos factos não provados

Não se provou que o bombeiro António Ramos tenha de alguma forma, no dia em questão, provocado o bombeiro António José Machado Amorim e que o bombeiro António Ramos tenha desferido um violento pontapé na perna do trabalhador visado, causando-lhe forte dor e um hematoma.

De relevante para a decisão da causa não se provaram quaisquer outros factos em contrário aos factos dados como provados.

d. Da motivação da decisão de facto

Na formação da minha convicção, quanto aos factos dados como provados, baseei-me nos documentos constantes a fls. 13 a 15 e 41 e nas declarações prestadas por todas as testemunhas, Jorge Veloso, Manuel Pereira, Luis Manuel Brito da Silva, António Ramos e Maria Florinda Ribeiro Gomes (cfr. fls. 16 a 20, 22 e 39 e 40), pela credibilidade que me mereceram, mostrando um profundo conhecimento da situação.

Atendi aos meios de prova disponíveis, fazendo passar os elementos que se extrema de cada um dos meios de prova pelo crivo de uma análise crítica segundo critérios de normalidade, da experiência comum e da lógica do homem médio suposto pela ordem jurídica, de acordo com o estabelecido no art. 127º do Código de Processo Penal (princípio da livre apreciação).

3. CONCLUSÃO

Antes de mais, diga-se que constando da defesa apresentada a referência a legislação revogada (nomeadamente, ao Estatuto Disciplinar, que foi revogado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho) bem como a um outro trabalhador, cujo nome não é “António José” (pertencendo este nome ao trabalhador visado no presente processo disciplinar), certamente por lapso, desde logo fizemos as necessárias remissões.

a. Da alegada prescrição do procedimento disciplinar

Nos termos do estatuído no artigo 178º, nº 1 e 2, sob a epígrafe *“Prescrição da infração disciplinar e do procedimento disciplinar”*,

“1 - A infração disciplinar prescreve no prazo de um ano sobre a respetiva prática, salvo quando consubstancie também infração penal, caso em que se sujeita aos prazos de prescrição estabelecidos na lei penal à data da prática dos factos.

2 - O direito de instaurar o procedimento disciplinar prescreve no prazo de 60 dias sobre o conhecimento da infração por qualquer superior hierárquico. (...)” (sublinhado nosso).

Ora, daqui resulta que tendo os factos aqui objecto de apreciação sido praticados no dia 12.1.2015 e o processo disciplinar mandado instaurar em 29.1.2015, foram observados todos os prazos legalmente estabelecimentos, pelo que a alegação não poderá proceder.

b. Disposições legais aplicáveis

Dos factos aqui dados como provados resulta que o trabalhador violou culposa e gravemente os deveres gerais prescritos no art. 73º, nº 2, alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), art. 73º, nº 2, alínea e) e nº 7 (dever de zelo), art. 73º, nº 2, alínea g) e nº 9 (dever de lealdade) e art. 73º, nº 2, alínea h) e nº 10 (dever de correcção), a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei.

A conduta do trabalhador é, assim, subsumível à previsão constante do artigo 186º que estabelece que *“A sanção disciplinar de suspensão é aplicável aos trabalhadores que atuem com grave negligência ou com grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres funcionais e àqueles cujos comportamentos atentem gravemente contra a dignidade e o prestígio da função (...)”*

De acordo com o prescrito no art. 181º, nº 4 da LGTFP, *"A sanção de suspensão varia entre 20 e 90 dias por cada infração, num máximo de 240 dias por ano."*

Na aplicação da pena deverá atender-se ao estatuído no artigo 189º da citada LGTFP, que, sob a epígrafe *"Medida das sanções disciplinares"* estabelece: *"Na aplicação das sanções disciplinares atende-se aos critérios gerais enunciados nos artigos 184º a 188º, à natureza, à missão e às atribuições do órgão ou serviço, ao cargo ou categoria do trabalhador, às particulares responsabilidades inerentes à modalidade do seu vínculo de emprego público, ao grau de culpa, à sua personalidade e a todas as circunstâncias em que a infração tenha sido cometida que militem contra ou a favor dele."*

Contra o trabalhador não militam quaisquer circunstâncias agravantes e não beneficia de quaisquer circunstâncias dirimentes.

O trabalhador beneficia da circunstância atenuante especial prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 190º da LGTFP: prestação de mais de 10 anos de serviço com exemplar comportamento e zelo.

c. Proposta

Por tudo o exposto, e tendo em atenção que

- **os factos descritos neste relatório e cometidos pelo trabalhador de modo intencional e voluntário são graves, comprometendo o interesse público que o trabalhador deve prosseguir, designadamente a confiança, o prestígio e a idoneidade que deve merecer a ação da Administração;**

- a prática de tais factos revelam grave negligência e grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres funcionais;
- o comportamento do trabalhador atenta contra a dignidade e prestígio da função que exerce, sendo dificilmente compreensível em termos do que se espera de um trabalhador que exerça funções públicas;
- existe uma circunstâncias atenuante especial, atrás referida, que influi necessariamente na medida e graduação da pena a aplicar, nos termos do disposto no art. 191º da LGTFP,

proponho a aplicação ao trabalhador António José Machado Amorim a sanção de suspensão, por um período de 25 dias, nos termos do estatuído no 186º da LGTFP, por entender que é a adequada e proporcional à situação aqui objecto de apreciação.

Estando já o trabalhador António José aposentado, conforme informação prestada pelos competentes serviços (cfr. fls. 41), deverá ainda atender-se ao prescrito nos art. 74º, nº 1 e 76º do Estatuto da Aposentação, que estabelecem:

“Artigo 74.º

Direitos e deveres do aposentado

1. *O aposentado, além de titular do direito à pensão de aposentação, continua vinculado à função pública, conservando os títulos e a categoria do cargo que exercia e os direitos e deveres que não dependam da situação de atividade. (...)”.*

“Artigo 76.º

Penas disciplinares

- 1. Na aplicação de penas disciplinares aos aposentados, as de multa, suspensão ou inatividade serão substituídas pela perda da pensão de aposentação por igual tempo. (...)”*

O exercício da competência disciplinar sobre o trabalhador é do Executivo Municipal (art. 197º, nº 4 da LGTFP), devendo este órgão deliberar por escrutínio secreto, atendendo à matéria em apreciação (art. 55º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Câmara Municipal de Braga, 28 de janeiro de 2016.

A Instrutora



(Dra. Mafalda Vilaça)